



EDITAL Nº 716/2021

**SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL,
PREVIAMENTE DELEGADAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NA SENHORA
VEREADORA MARIA MANUELA PACHECO RALHA**

**FERNANDO PAULO FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA
DE XIRA**

TORNA PÚBLICO, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 56.º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o seu Despacho n.º 42-A/2021, exarado em 25 de outubro de 2021, que se transcreve:

“Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua primeira reunião pública do mandato autárquico em curso, realizada no pretérito dia 22 de outubro, sob o ponto 5 da respetiva ordem do dia, por via da qual a Câmara Municipal delegou no signatário o exercício de competências materiais próprias, com a fundamentação de facto e de direito aí aduzida.

Considerando que o Presidente da Câmara Municipal pode subdelegar nos Vereadores as competências que lhe foram previamente delegadas pela Câmara Municipal, nos termos e com fundamento no disposto nos artigos 34º, n.º 1, e 36º, n.º 2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as demais alterações legislativas posteriores e na redação em vigor, constante do respetivo Anexo I, e atento o regime jurídico geral da subdelegação de poderes, contemplado no artigo 46º do Código do Procedimento Administrativo, igualmente aplicável à subdelegação das competências previamente delegadas ao abrigo e por aplicação da Lei de Habilitação geral ou genérica prevista nos artigos 44º, n.ºs 3 e 4, do mesmo Código do Procedimento Administrativo, relativamente à prática e emissão de atos de administração ordinária.

Considerando que mediante o despacho n.º 5-A/2021, proferido em 19 de outubro pretérito, atribuí pelouros municipais à Senhora Vereadora Maria Manuela Pacheco Ralha, incumbindo-a de coordenar e superintender na atividade de unidades orgânicas nucleares e de unidades orgânicas flexíveis da Câmara Municipal nos seguintes termos:



- 1- Pelouro respeitante à **Divisão Municipal de Alimentação e Veterinária**, nos termos e em conformidade com o disposto nos artigos 21º, n.º 1, alínea g), e 29º, ambos do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais vigente e aplicável, incumbindo-lhe coordenar e superintender a atividade da respetiva área funcional, unidade orgânica e serviço;
- 2- Pelouro referente à **Comissão Municipal de Toponímia**, prevista no artigo 4º do Regulamento Administrativo Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia;
- 3- Pelouro atinente ao **Departamento Municipal de Cultura, integrando a Divisão Municipal de Cultura, Museus e Património Histórico e a Divisão Municipal de Bibliotecas e Arquivo**, nos termos e em conformidade com o preceituado nos artigos 11º, n.º 1, alínea f), 22º, n.º 6, alíneas a) e b), 51º e 52º, todos do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais vigente e aplicável, incumbindo-lhe coordenar e superintender a atividade das respetivas áreas funcionais, unidades orgânicas e serviços;
- 4- Pelouro respeitante ao **Departamento Municipal de Habitação e Coesão Social, abrangendo a Divisão Municipal de Inclusão e Igualdade, a Divisão Municipal de Saúde e Solidariedade e a Divisão Municipal de Habitação e Intervenção Social**, nos termos e em conformidade com o estabelecido nos artigos 11º, n.º 1, alínea g), 22º, n.º 7, alíneas a), b) e c), 53º, 54º e 55º, todos do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais em vigor e aplicável, incumbindo-lhe coordenar e superintender a atividade das respetivas áreas funcionais, unidades orgânicas e serviços.

No uso das competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal, mediante deliberação tomada na sua primeira reunião pública do mandato autárquico em curso, realizada a 22 de outubro pretérito, sob o ponto 5 da respetiva ordem do dia, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 34º, n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as demais alterações legislativas subsequentes e na redação atualmente em vigor, constante do respetivo Anexo I, e no exercício da competência que me é legalmente conferida pelo número 2 do artigo 36º do mesmo diploma legal, conjugado, nos casos aplicáveis, com o disposto nos artigos 44º, números 3 e 4, e 46º, número 1, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação



atual, subdelego na Senhora Vereadora Maria Manuela Pacheco Ralha as competências da Câmara Municipal previamente delegadas no signatário, abaixo expressamente referenciadas e descritas, a exercer no âmbito dos respetivos pelouros e das unidades orgânicas nucleares e flexíveis cuja atividade coordena e superintende:

1- No quadro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constante do respetivo Anexo I, com as demais alterações legislativas posteriores e na redação em vigor, as competências estabelecidas no número 1, do artigo 33º, que se enumeram seguidamente:

- 1.1- a competência prevista na alínea d) para executar as opções do plano e o orçamento;
- 1.2- a competência prevista na alínea q) para assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios da ação do Município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- 1.3- a competência prevista na alínea ee) para gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por Lei, sob administração municipal;
- 1.4- a competência prevista na alínea ii), respeitante à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- 1.5- a competência prevista na alínea jj), relativa à deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- 1.6- a competência prevista na alínea tt), para estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- 1.7- a competência prevista na alínea zz) para promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a História do Município.

2- Subdelego igualmente, no âmbito da presente subdelegação, as competências atinentes à direção da instrução dos procedimentos administrativos, nos



termos do disposto no artigo 55º, números 1, 2 e 4, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

As competências objeto de subdelegação acima referenciadas abrangem e visam a prossecução dos fins, o exercício dos poderes e a prática e emissão dos atos administrativos previstos e contemplados nos diplomas legais e regulamentares acima indicados, nos termos constantes da presente subdelegação de competências.

O presente despacho subdelegatório de competências deverá ser objeto de publicação, em conformidade com o disposto no artigo 56º, números 1 e 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as demais alterações legislativas posteriores e na redação em vigor, e bem assim no artigo 47º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo.

O presente despacho produz e reporta os seus efeitos a **22 de outubro de 2021**, ficando e considerando-se ratificados e sanados todos os atos praticados ao abrigo e em conformidade com o presente despacho de subdelegação de competências, nas matérias nele contempladas e **desde a data acima referida**, nos termos e com fundamento no disposto no artigo 164, n.ºs 1, 3 e 5, do Código do Procedimento Administrativo.”

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume e publicitado no sítio do município na Internet.

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 27 de outubro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,


Fernando Paulo Ferreira